

# A “SÍNDROME DE BABEL” e a nova doutrina de segurança dos EUA (I)

JOSÉ LUÍS FIORI

*“We will pursue this beautiful vision – a world of strong, sovereign, and independent nations, each with its own cultures and dreams, thriving side by side in prosperity, freedom, and peace [...]. We are also realistic and understand that the American way of life cannot be imposed upon others, nor is it the inevitable culmination of progress.*

Presidency of the United States, “*National Security Strategy of the United States oAmerica*”, December 2017, Washington, p. II e 4

---

No dia 18 de dezembro de 2017, a Casa Branca anunciou a nova “estratégia de segurança nacional” dos Estados Unidos, definida antes mesmo que o presidente Donald Trump completasse o primeiro ano de seu mandato. Trata-se de uma declaração abrangente, onde se definem os interesses nacionais do país, junto com seus objetivos estratégicos, e mais as metas e ações propostas pelo governo para assegurar a segurança nacional dos Estados Unidos, contra todo o tipo de ameaça externa aos interesses do país, venham de onde venham, de qualquer lugar do mundo. Todos os governos americanos fazem o mesmo, e definem – sucessivamente – seus próprios objetivos e metas, mas engana-se quem pensar que este novo texto seja apenas mais um documento sequencial e burocrático.

Há que ter presente que ele foi preparado em conjunto pelos Departamentos de Estado e de Defesa, pelo Pentágono e pela CIA, junto com o Departamento de Comércio e a Secretaria do Tesouro do governo americano. Seu conteúdo deve ser separado e distinguido da figura imprevisível e passageira do presidente Donald Trump – mesmo quando se deva reconhecer que talvez só uma figura como a do presidente Trump pudesse dar passagem a uma ruptura tão radical com toda a história e a tradição da política externa norte-americana.

Do ponto de vista estritamente acadêmico, o novo documento estratégico dos EUA lembra um “manual aplicado” e ortodoxo do pensamento realista americano, inaugurado por Hans Morgenthau (1904-1980) logo depois da Segunda Guerra Mundial, e retomado e atualizado, no início do século XXI, pelo cientista político da Universidade de Chicago, John Mearsheimer (1947-), sobretudo na sua obra *The tragedy of great power politics*.<sup>1</sup> Um pensamento realista que se destacou por sua crítica ferrenha aos princípios do “cosmopolitismo liberal” que orientaram a política externa dos Estados Unidos durante todo o século XX, ou pelo menos desde que foram introduzidos no

---

<sup>1</sup> MEARSHEIMER, J. *The tragedy of great power politics*. New York: W.W. Norton & Company, 2001.

cenário internacional, pelo próprio presidente americano, Woodrow Wilson (1856-1924), durante as negociações do Tratado de Versalhes, em 1919.

Fora do ambiente acadêmico, entretanto, o “realismo” da nova doutrina de segurança dos Estados Unidos adquire importância muito maior, ao romper com a tradição liberal dos EUA no século XX, e ao aceitar – simultaneamente – as regras da “geopolítica” praticada pelos europeus desde o século XVII, e defendidas – nos EUA – pelo Almirante Alfred Mahan (1840-1914) – o primeiro grande geopolítico americano – e pelo presidente Theodore Roosevelt (1858-1919), no final do século XIX, durante a Guerra Hispano-Americana, e durante as intervenções militares dos Estados Unidos no Caribe e no Pacífico, logo antes da Primeira Guerra (1914-1918).

Na parte mais comentada – e menos inovadora – do documento, a Casa Branca define os interesses e objetivos estratégicos e permanentes dos Estados Unidos: i) proteger o povo americano e seu modo de vida; ii) promover a prosperidade econômica e a liderança tecnológica americana; iii) preservar a paz mundial através da força; iv) e avançar a influência global dos EUA. Em seguida, o documento identifica as principais “ameaças externas” aos interesses nacionais dos EUA: i) em primeiro lugar, a Rússia e a China, as duas grandes “potências revisionistas” que querem alterar a hierarquia do poder mundial, deslocando ou reduzindo a influência global dos EUA; ii) em segundo, a Coreia e o Irã, que são definidos como “Estados predadores” que ameaçam seus vizinhos e o equilíbrio geopolítico, do nordeste da Ásia e do Oriente Médio; iii) e por fim, o “terrorismo jihadista” e todo tipo de organização criminosa internacional que propagam a violência e o tráfico de drogas e armas, ameaçando a saúde e a sobrevivência da sociedade americana.

Na sequência, o documento propõe uma extensa lista de ações e iniciativas para enfrentar os rivais e inimigos, e para cumprir com os objetivos traçados pelo governo, aumentando o controle das fronteiras; assegurar o monopólio das grandes inovações tecnológicas; manter a liderança militar dos EUA, em todos os campos e em todo tipo de armamentos; assegurar o controle americano da produção e distribuição da energia ao redor do mundo; utilizar o combate à corrupção como forma de luta para mudar regimes e governos de países inimigos e de empresas concorrentes, etc.

Mas a grande novidade da nova estratégia de segurança nacional dos EUA não está em nenhum desses pontos em particular, que se repetem em várias outras declarações análogas dos governos de Bush, Clinton ou Obama. A novidade revolucionária do novo texto aparece nas suas entrelinhas e nas suas premissas e definições que vão sendo propostas através do documento como se fossem uma coisa trivial ou consensual, quando na verdade estão indicando uma mudança radical dentro do *establishment* da política externa americana.

Senão vejamos, de forma sintética, quase telegráfica, algumas dessas premissas e conceitos fundamentais e revolucionários, do ponto de vista da tradição norte-americana:

I - A definição do “sistema mundial” como um espaço de competição permanente pelo poder entre Estados que lutam por seus interesses nacionais, que são igualmente soberanos e poderosos e que seguem sendo o único instrumento capaz de construir uma ordem mundial pacífica.

II - O desaparecimento de qualquer tipo de ideia ou proposta de uma luta universal do “bem” contra o “mal” e o reconhecimento de que o sistema mundial está composto por nações que possuem valores, culturas e sonhos diferentes dos norte-americanos.

III - Com isso, os EUA reconhecem que seus valores nacionais não são universais, e que não existem de fato “valores universais”. Ao mesmo tempo, abdica de qualquer projeto messiânico de conversão dos povos ao que um dia

se chamou de “valores ocidentais”. Mais do que isso, considera que não existe nada que assegure que os valores americanos triunfarão no final da história, graças à força dos mercados e da democracia, como pensavam os americanos depois do fim da Guerra Fria.

IV - Nesse novo contexto, os EUA assumem seus “interesses nacionais” como sua única bússola, abrindo mão da posição de árbitros neutros e universais. Na verdade, eles não abrem mão de seus valores nacionais, mas se propõem a negociar qualquer coisa que seja, e com qualquer membro deste sistema competitivo, a partir de seus interesses, e sempre a partir de uma “posição de força”.

V - Para manter esta “posição de força”, os EUA assumem que sua prosperidade econômica, assim como sua moeda e sua finança, são um instrumento fundamental da sua luta pelo poder internacional, e como base de sua capacidade de sancionar – com eficácia – seus rivais geopolíticos e concorrentes geoeconômicos.

VII - Por fim, os EUA abrem mão da ideia de sua “universalidade moral”, mas não abrem mão do seu “poder global”, que será exercido através de “força bruta”, em todos os tabuleiros geopolíticos e geoeconômicos do mundo.

Não é possível saber se essas novas posições norte-americanas serão ou não revertidas num futuro próximo. Mas com certeza elas não nasceram de uma idiossincrasia mental do presidente Donald Trump. Pelo contrário, tudo indica que esse documento faça parte de uma longa luta interna dentro do *establishment* americano, que ainda não terminou, mas que neste momento vai sendo vencida por seu segmento militar.

Nesta nova estratégia de segurança, os Estados Unidos abdicam de sua hegemonia ética mundial, mas ao mesmo tempo se assumem como um “poder global” sustentado por seu “império militar. Um “poder global” que não tem inimigos absolutos e aceita negociar com qualquer país, desde que as negociações sejam favoráveis a seus interesses nacionais. Mas ao mesmo tempo, se propõem a sustentar uma competição tecnológica e militar permanente, dentro de um sistema no qual a “conquista do poder” é o principal objetivo, e a guerra – pelo menos para os Estados Unidos – passa a ser possível, em qualquer momento e em qualquer lugar, contra qualquer rival, inimigo ou aliado de antontem.

Como explicar uma mudança tão radical da estratégia americana neste início do século XXI? (SEGUE)

Janeiro de 2018